



ATUAÇÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA CONTRA-REFORMA DO ENSINO SUPERIOR

Maria Lenira Gurgel Cavalcante¹

Resumo: o texto reflete sobre a atuação do Movimento Estudantil de Serviço Social, no período de 2003-2008, mediante a análise da atuação da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social. Apresenta como objetivo precípua, destacar a ação da entidade nos âmbitos da universidade e da formação profissional, nesse contexto de minimização da organização política dos segmentos do trabalho e da efetivação de uma contra-reforma do ensino superior sintonizada com as prerrogativas neoliberais, por um governo forjado no campo dos movimentos sociais.

Abstract: the text reflects above the multi-skilled of the Movement Student on duty Social , into the period of 2003-2008, intermediary the analysis from multi-skilled from Executive National from the Students on duty Social. She presents I eat objective precípua, detach the action from entity on the breadths from university & from formation professional, in this connection of she minimizes from organization policy from the segments of the I work & from effective from a contra - reform of the higher education simonized with the prerogatives neoliberals, for a government forged into the field from the movements socials.

¹ Mestranda. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: leniragurgel@gmail.com



I INTRODUÇÃO

O trabalho consiste em reflexões relacionadas à pesquisa de mestrado que analisa a ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social(MESS), mediante a atuação da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social(ENESSO) na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, e, por conseguinte, do atual projeto de formação dos(as) assistentes sociais no contexto da contra-reforma do ensino superior, implementada no período de 2003-2008, orientada pelas diretrizes neoliberais.

Vivenciamos uma conjuntura desfavorável aos segmentos do trabalho, assinalamos que a radicalidade neoliberal do tempo presente, expressa o processo de intensificação da disponibilização e disciplinamento do trabalho em relação o capital. Disciplina na qual as forças dominantes utilizam a violência e a construção de consensos que rebatem fortemente, inclusive no âmbito dos Movimentos Sociais.

Em se tratando, especialmente do Movimento Estudantil(ME), é interessante ressaltar algumas características peculiares desse movimento, entre elas; formado, majoritariamente, pela juventude, que se depara, na contemporaneidade, com um cenário de crise, em que o diploma universitário não representa mais a garantia de um futuro melhor. Nesses termos, Almeida (2004) destaca que a preocupação dos(as) estudantes com a inserção no mercado de trabalho é tão significativa, que verificamos seus rebatimentos, inclusive, no afastamento considerável de alunos(as) das organizações coletivas no âmbito universitário, como é o caso do ME.

O afastamento de estudantes das organizações coletivas no interior das instituições de ensino superior configura, também, reflexo da ausência de uma efetiva política de assistência estudantil que proporcione a permanência dos(as) universitários(as) no cotidiano dessas instituições.

Aliado a esses aspectos de ordem objetiva, ainda, vivenciamos um nítido processo de despolitização, que atinge vários âmbitos e organizações da sociedade. O tempo presente reflete a radicalização da barbárie, expressa, por exemplo, na agudização das relações competitivas e do individualismo, o que, por sua vez, fragiliza a construção de valores e práticas identificadas com a construção de outro projeto societário. Outro elemento presente na realidade do ME é a tentativa de ocupação de entidades, historicamente identificadas com a transformação societal, por forças teóricas e políticas conservadoras.



Outro aspecto importante consiste na transitoriedade do ME, que aliada à fragilização na formação política dos(as) militantes, representa dificuldades no processo de renovação de seus membros.

Além disso, o caráter pluriclassista do movimento contribui para a apreensão e desenvolvimento de ações diferenciadas no contexto social, nesse sentido, levando-se em consideração o grupo político, pode existir concepções diversas sobre a funcionalidade da universidade na sociabilidade capitalista. Logo, no tocante a própria contra-reforma do ensino superior, os posicionamentos podem ser diversificados no interior do ME.

II O Protagonismo da ENESSO

Ramos(1996) expressa que a organização do MESS, em nível nacional, se intensificou no contexto de lutas pela redemocratização do país, no final dos anos 1970, momento de efervescência das lutas em prol da conquista da democracia política e da garantia de direitos sociais, reclamados por diversos segmentos da sociedade brasileira.

Exemplo dessa assertiva consistiu a realização do primeiro Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESS) em 1978, fórum que desde a sua origem até os dias atuais, se configura como espaço privilegiado de reflexões, debates e deliberações deste segmento estudantil, e conforme indica (RAMOS, 1996, p.101) logo “no início da década de 1980, em meio ao processo de discussão interna sobre a organização do MESS, já era analisada a necessidade de criação de uma entidade nacional de estudantes”.

Após dez anos de debates, em 1988, é criada a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE (SESSUNE), com o objetivo de contribuir com a organização nacional dos estudantes. A partir de então, tem uma atuação embasada na perspectiva de situar e analisar as questões relativas à profissão no contexto sócio-histórico das determinações estruturais e conjunturais. Para isso, procurou construir aliança com outras entidades de representação estudantil, movimentos sociais e as entidades representativas do Serviço Social: a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social(ABEPSS) e o Conselho Federal de Serviço Social(CFESS).

A mudança de SESSUNE para Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social(ENESSO)² em 1993, representou, sobretudo, a perspectiva de assumir autonomia

² A entidade máxima de representação de estudantes de Serviço Social- no tocante a organização do Movimento Estudantil- como forma de melhor atingir os objetivos de articulação e potencialização de lutas- está dividida organizacionalmente em sete regionais, as quais englobam as escolas de Serviço Social nelas localizadas, são



em relação a União Nacional dos Estudantes(UNE). Além disso, esse papel aglutinador assumido pela ENESSO está em consonância com a tendência presente no ME na década de 1990, das executivas se apresentarem com uma dinâmica de organização estudantil, a partir do desenvolvimento de lutas abrangentes, bem como de atividades específicas de determinada profissão.

Hoje, a ENESSO é composta nacionalmente por cinco coordenações: a geral; de divulgação e imprensa; relações internacionais; finanças e de movimentos sociais e mais duas secretarias: a geral e a de formação profissional³. As principais funções da entidade constituem na:

Elaboração e execução das atividades referentes aos estudantes de Serviço Social e as lutas do Movimento Estudantil, com base nas diretrizes e políticas de ação aprovadas no ENESS. Sistematizar e divulgar as informações das escolas através de boletins informativos, jornais e outros veículos de comunicação. Acompanhar cotidianamente a organização do Movimento Estudantil nas escolas, através de visitas, contatos telefônicos, via internet, etc. (ENESSO, 2007, p.12)

A funcionalidade evidencia a relevância da entidade para a organização do MESS, dado o seu caráter de articular o movimento em nível nacional, potencializando, desse modo, as atividades travadas pelo segmento. Entretanto, é importante esclarecer que as ações desenvolvidas pela ENESSO devem se pautar nas deliberações aprovadas pelo coletivo de estudantes presentes no ENESS, realizado anualmente.

As deliberações expressam, em certa medida, a disputa entre os diferentes grupos e tendências que militam no MESS, bem como potencializa o entendimento da direção social expressa na ação política da ENESSO. As deliberações apresentam diretivas relativas a cinco principais eixos ou campos de atuação: Conjuntura, Movimento Estudantil, Cultura e valores, Universidade e Formação profissional.

Desde a década de 1990, temos, majoritariamente, o reconhecimento, no campo profissional, da relevância da ENESSO nas reflexões e direcionamento do Serviço Social brasileiro, visto que na sua “recente trajetória acompanhou o movimento de renovação profissional gerado nos anos 80/90 e para ele contribuiu” (RAMOS, 1996, p. 118). Dez anos

elas: região I-Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí; II-Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; III-Alagoas, Sergipe e Bahia; IV-Tocantins, Goiás, Distrito federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (Uberlândia e Uberaba); V - Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; VI - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e VII-São Paulo. (cf. ESTATUTO DA ENTIDADE, 2007).

³ No último ENESS, realizado em Londrina-PR, as Coordenações Nacionais da Executiva não foram ocupadas. Essa ausência se concretizou mediante o empate ocorrido na disputa eleitoral pela direção da entidade e, da falta de referência estatutária que permitisse a resolução do impasse.



depois, essa autora reafirma a relevância da ação política da ENESSO ao expressar que ela:

Tem se posicionado politicamente e lutado pela defesa de: um projeto político da classe trabalhadora capaz de acumular forças para conquistar uma nova direção social, política e cultural; uma universidade democrática, gratuita e de qualidade social; uma formação profissional que propicie a capacitação teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-político de profissionais que venham a responder às demandas populares no sentido de reforçar os direitos de cidadania dos segmentos majoritários da população (RAMOS, 2006, p.178).

Diante do exposto, entendemos que refletir sobre a contra-reforma do ensino superior e seus impactos para o projeto de formação de assistentes sociais, e da direção social da ação política dos(as) estudantes nesta conjuntura, reclama considerações relativas à ascensão neoliberal no país com sua respectiva diretiva de “reformular” o Estado. A abordagem potencializa a apreensão das determinações que incidem na readequação das instituições de ensino à nova lógica conjuntural do mercado

III A CONTRA-REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA: exaltação do privado e desqualificação do público

Para melhor problematizarmos a atuação do ME e, em especial, do MESS no atual cenário de desmoronamento da educação superior pública, faz-se necessário, algumas considerações sobre a atuação do governo, a partir de reflexões sobre as medidas situadas no campo da contra-reforma do ensino superior, com a perspectiva de apreendermos, os rebatimentos das medidas materializadas para a formação profissional dos(as) assistentes sociais brasileiros(as), bem como dos desafios colocados para o segmento estudantil em tal cenário.

Entre as iniciativas adotadas, no atual contexto da contra-reforma, destacamos inicialmente o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que estabelece a destinação de vagas para estudantes considerados de baixa renda, em instituições particulares, mediante troca por isenção fiscal.

Outra medida, situada no campo da contra-reforma, consiste na aprovação, por parte do MEC, da abertura sem controle de cursos de graduação à distância, com o objetivo primordial de elevar o número de estudantes no ensino superior, todavia, secundarizando a qualidade e o direito a educação.



O aceleramento da política privatista, mediante utilização do ensino a distância, é garantido legalmente no artigo 80 da LDB, o qual estabelece que esse meio seja incentivado pelo poder público, em todos os níveis educacionais. Posteriormente, foi regulamentado pelo Decreto nº. 2.494 de 10 de fevereiro de 1998 e pela portaria nº. 301 de 07 de abril do mesmo ano. Entretanto, foi com o Decreto nº. 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que a modalidade à distância, se expandiu de modo exacerbado por todo o país.

A expansão de cursos à distância no governo Lula, estava prevista nas propostas do grupo de trabalho interministerial, ainda no ano de 2003, na qual a equipe de trabalho discorre sobre a crise das universidades federais e a necessidade de elevar o número de estudantes na educação superior. Siqueira esclarece que a elevação se daria a partir “do aumento da carga horária dos professores em sala de aula, o aumento da relação aluno-professor e o uso da educação à distância” (2004, p.63).

Outra medida pertencente a “contra-reforma” é o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) o qual é constituído de três eixos: avaliação dos cursos, das instituições e o Exame Nacional de Desempenho dos estudantes (ENADE). Apesar de incorporar elementos importantes no processo avaliativo, desde a sua implantação, o mesmo tem privilegiado tão somente o resultado do ENADE. Este é pautado numa perspectiva punitiva e ranqueadora, assim, os(as) estudantes selecionados(as) para realizar a prova e que, porventura, não comparecerem, na data estabelecida, são impedidos(as) de receber o diploma, além disso, a divulgação de notas, obtidas pelos cursos levando-se em consideração somente o ENADE, acaba culpabilizando o segmento estudantil pela realidade da universidade pública, na atualidade, sem uma devida análise econômica, social, histórica, política e cultural.

Além das ações já assinaladas, faz-se necessário evidenciarmos uma das mais atuais, que é o REUNI, este vislumbra melhorar o rendimento dos atuais recursos físicos e humanos das universidades federais, sendo as principais metas: elevar a taxa de diplomação dos cursos para 90% e aumentar para dezoito a relação aluno-professor. O preocupante nesta proposta é a não contextualização das metas citadas com a dinâmica já vivenciada nas instituições de ensino superior federais.

IV A formação profissional do(a) assistente social no contexto de contra reforma universitária

Certamente o projeto de formação profissional, forjado pela categoria nas últimas décadas, encontra-se em sintonia com um processo formativo de qualidade e comprometido



com a luta por direitos, bem como com a compreensão de serem os usuários dos serviços sociais sujeitos construtores da história. Portanto, uma perspectiva de formação profissional crítica e que requisita uma apreensão da realidade com suas multifacetadas contradições, no intuito de materializar ações nos marcos do projeto ético-político profissional, hoje hegemônico no âmbito do serviço Social brasileiro.

Nesse sentido a preocupação com a qualidade na formação profissional se manifesta integralmente, em toda proposta e de forma, preponderante, nos princípios que regem as Diretrizes Curriculares, que são: a flexibilidade de organização dos currículos plenos, o que por sua vez, favorece a apreensão de problemáticas locais, mediante a oferta de oficinas, seminários temáticos e atividades complementares; a tendência de assegurar rigoroso trata teórico, histórico e metodológico da realidade, bem como do Serviço Social inserido nela, potencializando, dessa forma, uma intervenção qualificada dos(as) profissionais nos processos de trabalho; adoção de uma teoria social crítica, com o intuito, de proporcionar a apreensão dos fenômenos em sua totalidade histórica; a busca de superação da fragmentação de conteúdos na organização e distribuição curricular; o estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva, o que corrobora para o fortalecimento da relação teoria e realidade; defesa de qualidade para cursos diurnos e noturnos; tendência de proporcionar interdisciplinaridade nos diversos âmbito que compõem a formação profissional; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; o exercício do pluralismo que consiste em dimensão inerente ao espaço acadêmico; estabelecimento da ética como princípio fundamental e que perpassa toda a formação profissional; a necessária indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica durante a realização do estágio, como forma de potencializar a qualidade no processo de aprendizagem dos sujeitos em formação.

Nesse sentido, o debate sobre a contra-reforma do ensino superior é relevante para o Serviço Social, por se tratar do lócus privilegiado da formação profissional e que vem sendo duramente atacado pela versão neoliberal do capital. Nesse sentido, segundo as contribuições de PINTO (2007, p.16).

A formação decorrente da contra-reforma da educação não nos serve por ser uma formação que nos faz questionar a capacidade do aluno adquirir as habilidades necessárias para atender, na ponta, os usuários de uma instituição. Os componentes éticos necessários diante da agudização da questão social e o desenvolvimento de habilidades para investigar a realidade social e conhecer a população atendida para melhor traçar as linhas e projetos de intervenção.



V CONCLUSÃO

O ME e em particular a ENESSO, se depara na conjuntura recente com o expressivo desafio: de desenvolver lutas que manifestem o posicionamento crítico em relação à contra-reforma do ensino superior, num contexto de retração da organização política da classe trabalhadora e sendo, ainda, essas ações efetivadas, por um governo que chegou a presidência com o massivo apoio dos movimentos sociais, entre eles, o segmento estudantil. Essa realidade potencializa a disputa pelas entidades estudantis, por forças políticas que divergem em relação à atuação de Lula no governo e, por conseguinte, no que se refere às medidas para educação.

Entretanto, a partir das deliberações aprovadas nos ENESS que compreende os anos de 2003-2008 e, da análise de documentos produzidos pela ENESSO, é possível afirmar, que preponderantemente o MESS, tem se situado no campo de negação da contra-reforma do ensino superior fundamentada nos preceitos neoliberais. Nesse período, campanhas foram desenvolvidas em favor da defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, bem como do projeto de formação profissional fundado nas Diretrizes Curriculares de 1996.

É importante também, destacar fragilidades que perpassam a atuação da entidade, decorrentes, por exemplo, da falta de recursos que impossibilitam o desenvolvimento de atividades nos diversos cursos, da ida dos coordenadores para participação em eventos como: seminários, oficinas, mesas, entre outros. As divergências políticas em relação a UNE, dado o fato que a ENESSO a reconhece com a entidade máxima de representação dos(as) estudantes brasileiros(as), todavia, nega a sua atuação em relação a contra-reforma, dado o posicionamento favorável da UNE em relação as ações do governo de Lula para esfera educacional.

Desafios se verificam para o MESS, por exemplo, na não ocupação da Coordenação Nacional da ENESSO, o que revela instabilidade e crise na organização desse segmento social, a diversidade de instituições superiores: públicas, privadas, a disseminação da modalidade à distância, requer o desenvolvimento de atividades e estratégias diferenciadas nesses espaços e que contribua para o processo de articulação e organização do MESS e de sua atuação consubstanciada na defesa da educação pública e de uma formação qualificada.

REFERÊNCIAS



ALMEIDA, Loriza Lacerda. A juventude Universitária e a Nova Sociabilidade: continuidade ou ruptura? Centro de estudos sociais, faculdade de economia, universidade de Coimbra: 2007. Mimeo.

ENESSO. ESTATUTO DA EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. Contagem, julho de 2007, mimeo.

PINTO, Marina Barbosa. A contra-reforma do ensino superior e a desprofissionalização da graduação em Serviço Social. IN: *Revista agora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 3. Nº. 6, abril de 2007. Disponível em www.Assistentesocial.com.br. Acesso em: 26/09/2007

RAMOS, Sâmya R. *A ação política do movimento estudantil do serviço social: caminhos históricos e alianças com sujeitos coletivos*. Dissertação de mestrado em Serviço Social-UPPE. Recife: mimeo, 1996.

_____. Organização política dos (as) assistentes sociais brasileiros (as): a construção histórica de um patrimônio coletivo do projeto profissional. IN: *Serviço Social e Sociedade*, Cortez, nº. 88, nov. de 2006.

SIQUEIRA, Ângela Carvalho de. Organismos internacionais, gastos sociais e reforma universitária do governo Lula. In: *Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. (org) NEVES, Lucia Maria Wanderley; MARTINS, Silva André [et al] São Paulo: xamã, 2004.